Vestígios sobre a imprensa operária e a organização dos trabalhadores em Juazeiro-BA: processos de hegemonia e contra-hegemonia em dois períodos 1932-1964[1]

Andréa Cristiana Santos[2]
Universidade do Estado da Bahia, Bahia, BA

Resumo: Este artigo analisa a trajetória da imprensa em Juazeiro-Ba no contexto de uma dinâmica da vida social, política e econômica da cidade. Pretende-se analisar como esta imprensa evidenciou as experiências dos trabalhadores artífices na década de 1930; e a repressão às lideranças trabalhistas pela ditadura civil-militar de 1964. A partir deste recorte, verifica-se a configuração de dois discursos jornalísticos na imprensa local: um de natureza libertária, que viabilizou a disseminação de ideias progressistas; outro de natureza conservadora acionado para divulgar o imaginário anticomunista.

Palavras-chave: História do Jornalismo; imprensa operária; trabalhadores; jornalismo.

A existência de periódicos em pequenas cidades do país coloca questionamentos para pensar a circularidade dos impressos entre a imprensa localizada em regiões centrais e a do interior do país. Com a expansão e modernização das técnicas de impressão, os meios de comunicação se tornaram um artefato cultural imprescindível à vida na cidade, impulsionando mudanças de hábitos e novas práticas sociais e culturais em decorrências das transformações do mundo moderno, como refletiu o jornalista e sociólogo Robert Park (2008).

No início do século XX, a cidade de Juazeiro-Ba, situada a 550 km da capital Salvador, ostentou a condição privilegiada de ser provida por meios de transporte como o fluvial, por meio da Viação Bahiana do São Francisco, que percorria de Pirapora-MG ao norte da Bahia pelo rio São Francisco, e a Estrada de Ferro Bahia São Francisco (também chamada de Estrada Férrea Leste Brasileiro), que viabilizava o acesso aos estados do Piauí

[1] Trabalho apresentado no GP História do Jornalismo, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Professora da Universidade do Estado da Bahia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

e Maranhão. Estes meios viabilizaram a comercialização de mercadorias e a circulação de práticas culturais, entre elas a da cultura letrada.

Os meios de comunicação que passaram a circular a partir do final do século XIX favoreceram a formação da esfera pública, disseminaram ideais e construíram redes de sociabilidade que refletiram experiências dos sujeitos históricos em contextos determinados. Este artigo pretende analisar algumas dessas experiências, especificamente as representações sobre os trabalhadores dos ofícios manuais (denominados como artífices) na imprensa operária em Juazeiro-BA na década de 1930.

Também foi selecionado como recorte para a análise o período imediato à deflagração da ditadura civil-militar[3] de 1964, quando alguns artífices e lideranças trabalhistas foram presas e houve um discurso anticomunista disseminado na imprensa. Embora os acontecimentos sociais estejam localizados em outra temporalidade, procuramos encontrar vestígios que demonstrem uma relação entre ações realizadas no passado e o presente nesse intervalo de tempo. Para tanto, serão analisados o jornal *O Trabalho*, produzido pela Associação dos Artífices Juazeirenses entre os anos de 1932 e 1933; e a *Tribuna do Povo*, que circulou de 1957 a 1964 na cidade de Juazeiro-BA.

A problemática que nos guia neste artigo é demonstrar que a imprensa evidenciou, em momentos distintos, processos de hegemonia, visando à busca do consenso de uma classe sobre outra, bem como de natureza contra-hegemônica, a fim de difundir entre as massas uma cultura política e promover a transformação da sociedade (COUTINHO, 1997, p.65).

Para análise dos periódicos, utiliza-se das contribuições metodológicas da história da imprensa para se referir às relações sociais, culturais e a dinâmica social que se processa em espaços sociais determinados (BARBOSA, 2005). Também procuramos refletir, como defendem os pesquisadores Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann (2008), que, para construir uma história da comunicação, devemos analisar a dinâmica da vida social, procurando articular diferentes esferas como o econômico, o social, a cultura e a política, assim como trajetórias individuais e coletivas.

A este desafio precisamos recorrer aos procedimentos metodológicos que não estão totalmente definidos, porém este artigo pretende iniciar um percurso teórico que possa relacionar os estudos regionais em uma perspectiva comparada. Por ora, neste artigo, analisamos parte desta imprensa, especificamente a operária.

[3] Pesquisadores sobre a história recente têm analisado o período como uma Ditadura Civil-Militar, construído a partir de relações consensuais entre militares e civis, que deram sustentabilidade ao golpe militar, como defende a historiadora da Universidade Federal Fluminense, Denise Rollemberg (2010).

Consideramos que existe, como assinalou o pesquisador Eduardo Granja Coutinho (2006), em artigo sobre os periódicos cariocas na República Velha (1880 e 1930), uma tendência contra-hegemônica na imprensa, apesar da lógica conservadora do jornalismo brasileiro. Esta tendência se manifestou na experiência da imprensa operária produzida por artífices juazeirenses para exprimir as suas ideias a ajudar na organização dos trabalhadores.

1 A imprensa em Juazeiro e as dinâmicas sociais

Situada ao norte da capital baiana, a cidade de Juazeiro teve a primeira tipografia comprada pelo comerciante Raimundo de Azevedo, em 1885, com impressão dos jornais *O Sertanejo* (1895) *e A Cidade de Juazeiro* (1896*).* Os primeiros comunicadores eram políticos, comerciantes, médicos, poetas, professores. De 1901 a 1919, circulou *O Correio do São Francisco*[4], editado por Jesuíno Inácio da Silva. Ele era irmão do provedor da Santa Casa da Misericórdia, o médico José Inácio da Silva, que também era redator.

O jornal trazia artigos, notícias, anúncios publicitários,informações sobre melhorias na saúde e técnicas agrícolas apropriadas ao cultivo na região, benefícios da assistência médica e condenava o saber popular das parteiras, considerado uma prática nociva à saúde das parturientes.

As notícias evidenciavam práticas de modernidade que chegavam à cidade e a crença nas ideais positivistas do início do século XX. Informações sobre o plantio irrigado se anunciavam como promessa para vencer as adversidades do período de estiagem e seca prolongada. O jornal denunciava as costumeiras enchentes na vazante do rio São Francisco e solicitava melhoria das condições urbanísticas na cidade. Notícias e informes de serviços públicos, como datas e horários de viagem da Viação Bahiana do São Francisco e da Estrada Férrea Leste Brasileiro eram corriqueiras e demonstravam o deslocamento das pessoas para outros centros urbanos.

A cidade se modificava, a imprensa compunha parte dessas mudanças sociais, impulsionando-as e sendo reflexo das transformações. A urbe começava a adquirir um patrimônio material como Teatro Santana, construído desde 1874 para apresentações de companhias líricas; inaugurava-se o Clube Comercial de Juazeiro, em 1893, que mantinha uma biblioteca, prestava serviços educacionais e colocava à disposição da população livros,

[4] Atualmente, as únicas edições deste jornal se encontram em avançado estado de deterioração no acervo do Clube Comercial da cidade, sendo impossível a digitalização.

periódicos de circulação nacional e internacional como o *Le Petit Journal,* editado na França.

Juazeiro também era um polo comercial no sertão baiano, companhias exportavam produtos como cera de carnaúba, mamona e óleo, extraída nas cidades às margens do São Francisco. O comércio de couros e peles tomava impulso, realizando-se a exportação do produto de Juazeiro diretamente para o exterior, através da Delegação do Tesouro do Estado, que mantinha um despachante autorizado a realizar a operação.

Max Weber (2006) assinala para a relação que existe entre o desenvolvimento da sociedade capitalista e a necessidade de haver uma imprensa capaz de refletir sobre temas imprescindíveis ao homem moderno, e que conformam a sua existência. Para Weber, a imprensa seria uma instituição voltada aos negócios, ao capital, à circulação do anúncio e também haveria de colocar a serviço da verdade, da justiça e como um órgão vigilante da política e da sociedade ao informar temas, assuntos e problemas que atingiam o homem moderno. A imprensa introduziria "deslocamentos poderosos nos hábitos de leituras e com isso provoca poderosas modificações na conformação, no modo e na maneira de como o homem capta e interpreta o mundo exterior" (WEBER, 2006, p 43).

A partir dessa reflexão de Weber, podemos pensar a imprensa em Juazeiro como um importante meio de referência social para a comunidade e tornava público mudanças que se processavam no espaço público, seja na ordem da esfera política, econômica como cultural. Segundo Weber, os atores sociais, como as organizações políticas, também vão se utilizar da imprensa para evidenciar as suas disputas e interesses pelo poder.

Podemos identificar, na imprensa juazeirense, a relação entre política e comunicação a partir da publicação dos jornais *O Eco,* de 1926 a 1949, sob a direção do jornalista Aprígio dos Santos Araújo; e *A Luta,* de propriedade de Joaquim Matos Quinaud, que circulou de 1928 a 1933 (SANTOS, SÁ & SANTOS, 2005).

Ao longo da década de 1930, outros jornais serão publicados, alguns de natureza satírica como *O Astro* (1932) e a *Marrêta* (1935-1936); informativos como *O Sertão* e *O Esporte*, produzidos por José Diamantino Assis, entre outros. Porém, um dos impressos se destaca pela natureza contra-hegemônica, *O Trabalho*, publicado pela Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses.

2. Os artífices, a imprensa e a organização de uma cultura operária

O pesquisador que se detém a estudar a imprensa operária enfrenta dificuldades para encontrar os periódicos. Produzidos em condições adversas, alguns jornais foram destruídos, as gráficas sofreram empastelamento e alguns redatores conheceram a prisão por publicar impressos vinculados às organizações políticas de natureza comunista. Alguns dos tipógrafos, comunicadores e redatores que publicaram folhas impressas de natureza operária permanecem como uma memória silenciosa. É necessário buscar os vestígios contidos em exemplares curtidos pelo tempo para narrar parte da história da imprensa operária e das ideias políticas.

Ao usar os impressos como fontes para pesquisa da história das ideias políticas de diversos segmentos, Michel Winock ressalta que a finalidade do pesquisador não é identificar os elementos intemporais de uma cultura política, mas identificar os sistemas de representação da sociedade, inseparável dos modos de produção e de mediação (WINOCK, 2003, p. 285).

Robert Darnton (2010) considera que, ao investigar os impressos, é possível verificar os circuitos de comunicação entre o produtor e o leitor. A partir da análise da edição de *O Trabalho*[5], procuramos verificar quem são os redatores, quais as motivações e lutas sociais que os moveram a publicar um periódico, quais as inter-relações entre comunicação e cultura e como o jornal se constituiu em uma experiência de jornalismo operário na cidade.

Nos Cadernos do Cárcere, Antônio Gramsci (2004, p. 197) defende que o jornalismo deve satisfazer as necessidades de uma certa categoria de seu público, assim como deve colaborar para criar e desenvolver estas necessidades, ampliando progressivamente a área de influência da produção jornalística.

No modelo de imprensa operária, defendido por Lênin (1979) o jornalismo atende necessidades de organização do partido, criando uma literatura comum a serviço das ideias insurgentes. A proposta leninista pretendia que homens e mulheres tivessem opinião sobre cada um dos problemas fundamentais vivenciados pelo povo em um determinado país. Sem tal condição, não seria possível uma propaganda e uma agitação ampla e planejada. Ao periódico, cabia destinar-se à agitação, devendo registrar as queixas dos operários, as

[5] Infelizmente, foi encontrado apenas um exemplar no acervo da Fundação Regional Museu do São Francisco, embora tenha circulado de 1932 a 1933. Este exemplar corresponde à sexta edição do periódico.

greves, as manifestação da opressão política, a fim de que o proletariado obtivesse uma avaliação de cada fato. A revista, à propaganda[6].

As autoras Silva Araújo e Alcina Cardoso (1992) ressaltam a natureza libertária da imprensa operária no Brasil, que registraram os primeiros passos da organização de classe e as correntes teórico-filosóficas das entidades representativas. Os redatores sofreram as consequências de ousar publicar discursos contra-hegemônicos: arquivos e redações foram incendiadas, houve prisões e deportação de lideranças.

Em Juazeiro, uma categoria social – os artífices – procurou atuar como um intelectual orgânico, na concepção de Antônio Gramsci (2004), ao ocupar uma posição privilegiada e procurarem atuar como organizadores do coletivo, criando condições necessárias à expansão da própria classe.

Para Gramsci, os intelectuais orgânicos, que podem ser constituído pelo partido político nas sociedades modernas, complexas, dão forma homogênea à consciência de classe a que estão organicamente ligados e preparam a hegemonia dessa classe sobre o conjunto de seus aliados (COUTINHO, 2007, 108). São agentes da vontade coletiva, irmanados por uma ética capaz de promover a transformação social.

Assim, irmanados por essa vontade coletiva, os trabalhadores manuais criaram em 1928 a Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses para organizar coletivamente os marceneiros, sapateiros, carpinteiros, alfaiates que viviam de ganhar o "pão de cada dia" ao executar atividade artesanal. A entidade se configurou como uma das representações da experiência mutualista no interior da Bahia.

O historiador Aldrin Castellucci (2010) identificou 145 entidades de auxílio-mútuo, cooperativas, beneficentes e filantrópicas no estado da Bahia entre os anos de 1832 e 1930. Na falta de uma legislação trabalhista, que ajudasse os trabalhadores no momento de adversidade, como a morte inesperada, acidentes de trabalho, doença que os impedissem de executar as tarefas e o desemprego, as entidades mutualistas pretendiam garantir os direitos sociais, como afirma Castellucci.

Para os historiadores Claudia Maria Viscondi e Ronaldo Pereira de Jesus (2007), as entidades mutualísticas mantinham com os seus sócios relações horizontais de solidariedade. As sedes das entidades serviam para o lazer, divulgação da cultura, festas,

[6] Para Lênin, era necessário discutir todos os aspectos do movimento e para isso tanto valia o diário como a revista, era preciso "aclarar, através da teoria, cada fato particular, difundir os problemas políticos e de organização do partido entre as mais amplas massas da classe operária", sendo assim indispensável incluir esses problemas na propaganda (LÊNIN,1979, p.37).

apresentação teatral e outras atividades que promovessem a formação cultural dos seus sócios, excluídos de outros espaços de representação social.

Em Juazeiro, a entidade ofereceu aos trabalhadores e familiares o acesso às atividades culturais, educacionais, que, à época, só eram disponibilizadas para as classes mais abastadas da cidade, através da Sociedade 28 de Setembro e a Sociedade Apollo Juazeirense, criadas no final do século XIX.

Não era fácil para os artífices se colocarem como agrupamento político capaz de romper as estruturas hegemônicas da sociedade, que não reconheciam o valor da força do trabalho e os direitos sociais dessa categoria. Mas, aos poucos, eles conseguiram construir a própria sede, criaram a filarmônica Primeiro de Maio, formada por músicos e operários, e uma Escola Operária para oferecer educação aos filhos dos sócios e outros membros da comunidade (CASTRO, 2011).

No início, os trabalhadores tiveram que fazer uma aliança com o médico Edson Ribeiro, primeiro presidente da entidade. Edson Ribeiro foi médico, vereador e fundador do Partido da União Trabalhista, em Juazeiro. Ele fez a doação inicial de parte de um terreno para a construção da sede. Em menos de um ano, os sócios já tinham arrecadado dinheiro para pagar outra parte do terreno e construir uma sede mais ampla.

Os membros fundadores da entidade foram Saul Rosas e o professor Agostinho Muniz. Marceneiro, Saul Rosas era conhecido pelo seu posicionamento político como membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), o que o levou à prisão na década de 1930. Em depoimento ao jornal *Berro D´Água*, na década de 1980, Saul Rosas afirma que a ideia de criar a instituição tinha a finalidade de congregar os mestres artesãos para participar da vida pública e, como relata, "criar os nossos próprios meios de evolução sócio-político".

A atuação tanto de Saul Rosas e Agostinho Muniz foi importante para unir a classe trabalhadora na busca dos seus objetivos. Como narra Edson Ribeiro (2005), em três anos de atividade, a instituição já tinha 600 sócios; criou um serviço de assistência médica gratuita aos afiliados e aos familiares, oferecia assistência judiciária e incentivou a organização do operariado em outras cidades.

O professor Agostinho Muniz foi responsável pela organização das entidades na região. Dessa forma, surgiram a Sociedade União dos Artistas de Jacobina-BA, a União dos Artistas Petrolinenes, em Petrolina-PE; a União Beneficente dos Artífices Bonfinenses, em Senhor do Bonfim-BA; e a Sociedade Operária de Xique-Xique-BA.

Para viabilizar a circulação de suas ideias, os artífices publicaram o *O Trabalho,* que tinha como redatores Saul Rosas e Agostinho Muniz. O jornal tinha sede na rua 15 de Novembro, prédio nº 33. Na edição de 16 de outubro de 1932, de número seis, o jornal defende a necessidade de implantação de uma Constituição Nacional, que garantisse a nacionalização da riqueza nacional; pregava a extinção do latifúndio e o acesso à terra ou à pequena propriedade, e ressaltava a necessidade de haver uma previdência social que garantisse os direitos do trabalhador.

Denunciava a presença de uma burguesia estrangeira no país que se utilizava do patrimônio nacional em benefício próprio. Embora apresentasse uma linguagem informativa, as colunas e os editoriais convocavam os leitores para busca de soluções para os problemas da classe como era comum no discurso jornalístico da imprensa operária. "São propostas amplas no plano do 'dever ser', que transcendem a sociedade de origem", como defendem as historiadoras Araújo e Cardoso (1992, p. 97).

Os textos jornalísticos denunciam a exploração dos comerciantes locais que compravam gêneros alimentícios a custo inferior e os revendiam a preços elevados para a população. Os redatores defendiam como solução a intervenção do poder público municipal para que o povo não fosse explorado, pois a comunidade já sofria com o desemprego e a seca que assolava a região.

Na edição de 1932, o editorial abordou a união dos trabalhadores no enfrentamento de mais uma greve e conclama os leitores para a organização dos interesses de classe: " (...) Purificados ao logo do ideal poderemos travar os mais rudes combates e abater nas urnas ou em qualquer outro terreno, os nossos seculares inimigos, os Oradores de profissão, os Administradores de rendas (O TRABALHO, 16/10/1932, p. 2).

O texto demonstra aspectos da organização dos trabalhadores em todo o país, conclamando para a organização de greves. Também são encontrados textos que abordam a importância do trabalho manual e dos operários das ferrovias. Em *O Trabalho* também se encontra indícios da formação cultural e política destes trabalhadores, com convite para palestras como "As diversas escolas do Socialismo", ministrada por José Lino de Andrade, o que demonstra que havia um círculo de leitores sobre literatura socialista.

Eram publicados textos de colaboradores sobre os compromissos ideológicos da classe trabalhadora, que deveria se conduzir de forma firme na luta pelos seus direitos; poesia sobre a situação dos trabalhadores, principalmente as categorias que se encontravam

em greve, entre elas os da Ferrovia Leste. O periódico apoiava o movimento paredista, mostrava-se solidário e dava visibilidade à luta dos operários.

Investigando aspectos da linguagem jornalística, percebemos que ainda não havia reportagem nem relatos sobre trajetórias individuais dos trabalhadores, mas os textos identificam "os interesses em jogo, as aspirações de frações de classes e categorias sociais" (ARAÚJO e CARDOSO, 1992, p. 91). As folhas operárias representavam o sonho de liberdade, apesar da repressão constante.

Como aconteceu com *O Trabalho*, em Juazeiro. O veículo defendeu a sindicalização dos trabalhadores e denunciava o atraso dos pagamentos, que resultou na greve dos trabalhadores da Viação Bahiana do São Francisco. Em conseqüência da defesa da causa trabalhista, o jornal sofreu empastelamento em 1933. Em 1934, Saul Rosas, que também assinava a redação do jornal, foi preso pelo governo do Estado Novo.

Experiência pioneira no sertão baiano, *O Trabalho* representou um modelo de imprensa operária nas condições em que os trabalhadores das artes dos ofícios buscavam adquirir uma consciência de classe. Como afirma Edward P Thompson, a noção de classe deve ser analisada em uma perspectiva histórica, pois o reconhecimento como classe acontece quando homens a partir das "experiências comuns (herdadas ou compartilhadas) sentem e articulam entre si, e contra outros homens, cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus" (1987, p. 10).

Assim, para Thompson, a experiência de classe é determinada pelas relações de produção. Já a consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais, tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Uma não se opõe a outra, são dialéticas e devem ser analisadas em contextos específicos. Por isso, podemos dizer que os mestres de ofícios vivenciaram no sertão baiano condições análogas a de outros trabalhadores brasileiros que se reconheceram como classe, lutavam para garantir os seus direitos sociais e se envolveram em movimentos de organização política.

Ao publicar um jornal destinado à classe trabalhadora, os membros da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses reconheciam a importância dos processos de mediação para a conquista do acesso à educação, à cultura, ao lazer e às melhorias das condições de vida.

Havia, no inicio da década de 1930, um público leitor que se interessava por um meio de comunicação que atendesse às demandas culturais e organizativas em construção,

influenciada por movimentos operários que ocorriam no país e dariam origem à sindicalização dos trabalhadores.

Existem poucos dados sobre o número de trabalhadores na região. Um dos raros registros foi relatado pelo geógrafo Aroldo Azevedo, em visita as cidades de Juazeiro e Petrolina na década de 1940, para registrar aspectos da paisagem do sertão. Ele reproduz dados do jornal *Observatório Econômico e Financeiro*, publicado no ano de 1939, que identifica 350 pessoas sindicalizadas em organizações sindicais e 300 pessoas que pertenciam a outras agremiações sociais. A cidade apresentava um crescimento populacional progressivo: em 1912, 14.153 habitantes; em 1920, o município tinha 24.425; e em 1950, 35.188,segundo o Anuário Estatístico do IBGE[7].

Esse registro nos faz inferir que há um público leitor a que se destinava o jornal.. Infelizmente, pela falta de acervo público, as edições do jornal não foram conservadas. Porém, o impresso exerceu um papel fundamental para criar redes de sociabilidade e produzir a circulação de um pensamento crítico. Tanto assim que, quando ocorreu a destituição do governo de João Goulart, em abril de 1964, artífices e trabalhadores sindicalizados foram acusados de comunistas e, consequentemente, presos.

3 A ditadura civil-militar, a imprensa e a perseguição aos comunistas

Com a ditadura civil-militar instalada a partir de 1964, sindicalistas baianos que apoiavam João Goulart responderam a interrogatórios, foram perseguidos e demitidos. Na Bahia, dos 307 processos encaminhados à Justiça Militar, a maior parte era de pessoas ligadas aos sindicatos, como explica o historiador baiano Alex Ivo (2008). Em Salvador, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Destilação e Refinação do Petróleo do Estado da Bahia (Sindipetro/ Refino) foi um dos que sofreram perseguição.

Na cidade de Juazeiro, operários do Sindicato dos Trabalhadores Fluviais e Marítimos, funcionários da Companhia de Navegação, e sócios trabalhadores da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses tiveram prisões decretadas. A imprensa local a partir da cobertura feita pelo jornal *Tribuna do Povo* também reforçou os princípios da ideologia conservadora dos meios de comunicação, que apoiaram o golpe.

[7] Os dados obtidos foram encontrados no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na nota prévia do Anuário Estatístico referente aos dados preliminares de 1950, o IBGE indica que o país passava por um momento de migração interna, com crescimento de 25% da população em dez municípios. Cf: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1950.pdf).

Como afirma Jacob Gorender (1994), o golpe refletiu as cisões de classe, entre operários, trabalhadores, sindicalistas, personalidades, intelectuais de tendência progressista, e uma maioria conservadora que deu apoio à destituição do presidente João Goulart e aos atos institucionais, estabelecendo a cassação de mandatos e direitos políticos de opositores ao regime. O golpe não teria se consolidado se não houvesse o apoio dos civis em sua campanha contra as forças progressistas, representada pelos trabalhadores, sindicalistas, entre outros.

Foi o que podemos verificar na cidade de Juazeiro, com a colaboração do único jornal em circulação na época. *A Tribuna do Povo,* que desempenhou uma função ambivalente diante da conjuntura política: expôs a prisão dos comunistas, deu apoio ao golpe militar e foi utilizado para atender aos interesses do proprietário, acusado, contraditoriamente, de ser comunista.

Em seu editorial do dia 1° de abril de 1964, quando os militares tomavam o poder, o jornal exibiu a manchete "Fora! A Nação não suporta mais a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo". Esse foi o primeiro indício de que o jornal, criado em 1957, abandonou a linha editorial favorável à colaboração de artigos escritos por lideranças locais que apoiavam João Goulart para aderir a um pensamento autoritário.

Na década de 1960, o jornal tinha como colaboradores profissionais liberais, escritores e lideranças sindicais. As notícias priorizavam fatos políticos e acontecimentos locais, com destaque para ações da Câmara de Vereadores, inclusive porque o proprietário, Jorge Gomes, era vereador pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

Com a tomada de poder pelos militares, as forças conservadoras locais que se envolveram no projeto nacional de defesa ao golpe militar conseguiram, com o consentimento do órgão de imprensa, reproduzir as ideias anticomunistas para preservar os interesses políticos e econômicos. No dia sete de abril de 1964, trouxe a manchete "Forças Armadas acabam com o Comunismo no Brasil", e exaltava as ações repressivas do Exército brasileiro, relatando a prisão de trabalhadores e membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na cidade.

Lideranças do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Fluviais e Marítimos, como mestre Osvaldo Gomes e os irmãos Luis Pereira e José Pereira, e membros da Sociedade Beneficente dos Artífices Juazeirenses, como marceneiros e alfaiates, e professores progressistas foram presos, conduzidos para órgãos de segurança em Salvador.

A prisão dos comunistas ocorreu em situações de humilhação pública, sendo conduzidos pelas ruas da cidade para que todos soubessem que eles estavam sendo presos. Em matérias publicadas pela jornalista Karem Moraes (2012), no jornal *Gazzeta do São Francisco*[8], as famílias contam as perseguições que sofreram nas escolas, quando eram identificadas como filhos de comunistas, e o sofrimento dos pais que responderam a interrogatórios e foram presos. Mestre Osvaldo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Fluviais, ficou detido por 18 meses em Salvador.

Tribuna do Povo seguiu a linha editorial dos jornais de todo o país que reproduziram o imaginário anticomunista, como a divulgação da "Marcha da Família com Deus pela liberdade", promovida pela Igreja Católica no início de maio de 1964. Na marcha estiveram presentes políticos locais, famílias tradicionais e profissionais liberais que participaram do ato em apoio ao golpe e contra a presença de comunistas na cidade.

O receio de sofrer sanções políticas levou o proprietário do jornal, o vereador e radialista Jorge Gomes a publicar uma nota, no dia 9 de abril, negando as suas relações com trabalhadores: "a bem da verdade declaro que jamais pertenci ao Partido Comunista, ou participei de qualquer movimento subversivo".

A nota foi inútil. Em 12 de maio de 1964, em sessão reunida na Câmara de Vereadores, o vereador Manoel Lopes Sobreira pediu a cassação do mandato do vereador, eleito pelo PDC, que se encontrava preso desde meados de abril, acusado de subversão. No seu discurso, Manoel Lopes agradecia às "gloriosas Forças Armadas" por realizar a revolução e se declarava anticomunista. Mais oito vereadores também fizeram o mesmo discurso e requereram a cassação do vereador Jorge de Souza Gomes. Na plenária do dia 14 de maio, o mandato é cassado.

O jornal não deu visibilidade imediata a prisão de Jorge Gomes e teve dificuldade de circular entre os meses de abril a agosto. Na edição de 8 de agosto, de 1964, a *Tribuna do Povo* procurou demonstrar que a atitude da Câmara de Vereadores atendia aos interesses políticos locais. Na mesma edição, na primeira página, foi publicada uma nota sobre o Mandado de Segurança do ex-vereador que pedia o restabelecimento dos seus direitos políticos. Na edição de 25 de dezembro de 1964, Jorge Gomes divulgou nota que iria recorrer ao Tribunal do Estado e, se necessário, ao Supremo Tribunal Federal.

[8] Reportagens publicadas no mês de Julho de 2012, como resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Karem Moraes, produzido no curso de Comunicação Social (Jornalismo) na Universidade do Estado da Bahia.

Esta foi a última edição do jornal, que anunciou a suspensão das atividades como órgão noticioso. Na coluna *Espelho da Cidade*, o antigo redator, José Diamantino Assis anuncia o descontentamento com a situação. "Política. Não é assunto para mais comentários ou dissecações. A gente se perde no vácuo das proclamações, dos pronunciamentos, dos planejamentos, das intervenções e, no fim, volta-se à estaca zero. (...) Naja! Política não é mais assunto da imprensa, principalmente a nossa que vai desaparecer para sempre".

Como demonstração do comportamento conservador de parte dos setores locais, a última edição traz o texto "Parabéns, Meu General", do escritor Walter de Castro Dourado, referindo-se à promoção de José Campos de Aragão ao cargo de General de Brigada, destacando-se a sua capacidade e dedicação. Castro Dourado concluiu o texto afirmando: "meu caro amigo, queira aceitar minha incondicional solidariedade. Juazeiro exulta de entusiasmo com sua vitória. Parabéns, meu general!".

Dessa forma, subserviente aos interesses políticos e econômicos locais, a *Tribuna do Povo* se despede do seu leitor. Mesmo sofrendo as sanções do poder político, que acusava o fundador do jornal de ser um comunista, o jornal deu visibilidade as correntes de pensamento conservador.

Sobre a acusação de que o vereador era um comunista não foi comprovada e, possivelmente, a prisão de Jorge Gomes pelas forças de segurança foi decorrente das rixas políticas locais e as relações de amizade com sindicalistas na cidade e a aproximação com o governo de João Goulart. Em fevereiro de 1965, foi enviado à Câmara de Vereadores radiograma do Exército, que ordenava a volta de Jorge Gomes às suas funções políticas. O ex-vereador se recusou a retornar à participação política. Em carta enviada em 12 de março de 1965, comunicava aos colegas vereadores que não tinha delatado nenhum deles, mesmo àqueles que assinaram moção de solidariedade ao presidente João Goulart e o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Encerrava-se, assim, mais um embate político que envolvia a imprensa como instrumento para estabelecer o consenso entre as elites e também o dissenso, quando atende aos interesses libertários de uma classe. Esses acontecimentos demonstram também como a imprensa participou dos acontecimentos políticos, procurou reforçar ideais conservadores e manter o consenso entre as elites locais.

Considerações

Vasculhando arquivos, um mundo se desvela ao olhar do leitor e do pesquisador. Trajetórias, experiências se apresentam para serem compreendidas. Podemos pensar qual a importância de analisar jornais antigos, folhas curtidas pelo tempo, amareladas e que, muitas vezes, foram relegadas ao esquecimento?

Alguns diriam que estes impressos, produzidos artesanalmente, tiveram importância em um dado contexto e, hoje, são apenas expressões de uma imprensa de outrora. Ledo engano. Apesar das transformações da imprensa, que atingiu níveis de profissionalização e um melhor desenvolvimento como uma instituição, o processo de consolidação da imprensa no Brasil deve muito às experiências comunicacionais desenvolvidas por redatores, tipógrafos anônimos espalhados pelo país e que colaboraram para a constituição de uma ordem letrada.

Esta imprensa fez parte do processo de construção dos principais acontecimentos políticos mais significativos do país, mobilizando o seu leitor para a formação de uma opinião. Como demonstrado neste artigo, esta imprensa, inclusive, atuou em alguns momentos como um organizador do coletivo. As folhas destinadas às lutas dos trabalhadores demonstram ainda a a importância dos trabalhadores manuais – os artífices – no processo de organização da cultura local, seja por meio da publicação de jornais, bem como de atividades culturais e educacionais. Este impresso funcionou como instrumentos de contra-hegemonia para uma classe em formação e que reivindicava o reconhecimento da força do seu trabalho e o acesso aos direitos sociais.

De alguma forma, os trabalhadores conseguiram afirmar uma identidade de classe, que os levou, durante a ditadura civil-militar, a sofrer cerceamento à sua liberdade. Estes trabalhadores são parte constitutiva do desenvolvimento da cidade, embora, ainda, hoje são poucas as referências sobre suas trajetórias individuais e coletivas, pois suas memórias foram silenciadas ao longo do tempo. Porém, isso não impede que jovens jornalistas possam recorrer ao passado para buscar compreender suas trajetórias e lutas sociais, que têm sido, aos poucos, recuperadas pela atual imprensa local, como uma memória de um tempo de luta pela cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Silvia & CARDOSO, Alcina. **Jornalismo e Militância Operária**. Curitiba, UFPR, 1992.

AZEVEDO, Aroldo. **Paisagens do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1952.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**. Rio de Janeiro:Mauad X, 2007.
CASTELLUCCI, Aldrin. A. S.. **A luta contra a adversidade**: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). Revista Mundos do Trabalho, v. 2/4, p. 40-77, 2010. Texto disponível em http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/18429. Acesso em Agosto de 2012.
COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourrete**: mídia,cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CUNHA, João F. **Memória Histórica de Juazeiro**. Juazeiro-Ba. Ed. Autor. Juazeiro-Ba. 1978.

DUARTE, Jorge de Souza. **Juazeiro: nos caminhos da história**. Juazeiro-Ba. Edição do autor. 1985.
DOURADO Walter de Castro. **Juazeiro da Bahia à Luz da História**. Impressora Rocha. Studio Domingues, Juazeiro - Bahia, 1986.
GORENDER, Jacob. A Sociedade Cindida. **Revista Teoria e Debates**. São Paulo. nº57, março-abril de 2004.
GRANJA, Eduardo Coutinho. **Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930**. Texto disponível em http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/EduardoGranja.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2012.
GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vl II. 3ª ed. RJ. Civilização Brasileira. 2004.
LENIN, V. I. **Que Fazer?**, in – Obras Escolhidas, Vol. I, São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
PARK, Robert. A história natural do jornal. In: MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006. Vol II.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HERSCHMANN, Micael. História da Comunicação no Brasil: um campo em construção. In: **Comunicação e história**: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X: Globo Universidade, 2008,

RIBEIRO, Edson. **Juazeiro: na esteira do tempo**. 2º edição. Juazeiro-Ba: Câmara Municipal de Juazeiro. 2005.

ROLLEMBERG, Denise (org). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**. Vol II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTOS, Lidmillie Castro. **Os Artífices Juazeirenses:** uma experiência mutualista no interior da Bahia. Monografia de Especialização Ensino da Comunicação Social. Universidade do Estado da Bahia, Juazeiro-Ba, 2012.

SANTOS, Andréa; SANTOS, Lidmillie de Castro; Sá, Verusa. **Restrição à liberdade dos profissionais da imprensa em Juazeiro (1930 a 1985)**. Texto apresentado no IV Encontro Nacional de História da Mídia. São Luís, MA, 2006

SODRE, Nelson Werneck. **Historia da imprensa no Brasil**. 4. ed**.** RJ: Mauad, 1999.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
VISCONDI, Claúdia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REAIS, Daniel Aarão. **A Formação das Tradições** (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. In: MAROCCO, Beatriz. **A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2006. Vol I.

WINOCK, Michel. Idéias Políticas. In: REMOND, René (org). **Por uma história política**. 2ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.